

O pleno emprego na perspectiva da modernização reflexiva

Maria do Carmo Cataldi Mutterle*

Resumo

O pleno emprego foi o esteio para a segurança social na Primeira Modernidade. As políticas keynesianas implementadas a partir da crise de 1929 caminharam em direção à composição de um Estado-nacional social. O próprio sucesso do capitalismo industrial provoca mudanças. O desenvolvimento tecnológico, a crescente riqueza e a queda do muro de Berlim impulsionam a sociedade industrial para uma nova época. O Estado reconhece-se incapaz de continuar a desenvolver o papel de piloto da economia a serviço da manutenção do equilíbrio social e passa a liderança para a grande empresa.

As metamorfoses no mundo do trabalho e seus impactos na sociedade contemporânea permitem anunciar o fim do pleno emprego no sentido clássico. De um lado acirram-se os riscos e as incertezas, mas de outro, abrem-se oportunidades para libertar o trabalho da tirania do emprego. As chamadas práticas empreendedoras, entretanto, podem manifestar-se tanto no sentido de possibilidade de desenvolvimento das capacidades humanas, como também no sentido de endurecer a exploração do capital sobre o trabalho.

Abstract

The full employment was the support for social security in the First Modernity. The Keynesians Policies which had been implemented since 1929 composed the Welfare State. The very success of industrial capitalism promotes changes. The technological development, the increasing wealth, the fall of Berlin Wall stimulate the industrial society towards a new time. The state declares itself incapable of playing the role of economic leader in maintaining the social equality and thus the enterprise take over this function.

The metamorphoses in the world of the work and their impacts in the contemporary society herald the end of full employment in the classic definition. On the one hand, this new situation increases the risks and the uncertainties, but on the other hand, new opportunities for freeing labor from the tyranny of job arise.

The so-called enterprising practices, however, can reveal a chance to develop human capabilities, but it can also increase the exploitation of capital over labor.

*Tudo o que é sólido se desmancha no ar
(Marx e Engels)*

* Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora das Faculdades Integradas Módulo.

Introdução

Esse texto é fruto de reflexões despertadas no decorrer da atividade programada intitulada “Riscos e Incertezas no Debate Sociológico Contemporâneo” ministrada pela Professora Dra. Leila Blass no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da PUC-SP.

O presente trabalho analisa o pleno emprego na Primeira Modernidade e na Segunda sob o referencial da modernização reflexiva de Beck (2000).

Na Primeira Modernidade, em um contexto industrial, políticos e economistas colocaram em prática as políticas keynesianas com vistas a promover o pleno emprego principalmente a partir de 1929. Na Segunda Modernidade, as metamorfoses no mundo do trabalho desafiam as instituições (governos, partidos, bancos, etc.) que ainda trabalham com a idéia de pleno emprego em uma realidade transformada.

Beck (2000) apresenta as bases da modernização reflexiva:

- 1) Se a modernização simples significa inicialmente “o descontextualizar” e depois o “recontextualizar” das formas tradicionais pelas formas industriais, então, a modernização reflexiva significa primeiro a “descontextualização” e segundo a “recontextualização” das formas sociais industriais por outro tipo de modernidade;
- 2) A sociedade moderna é inerentemente dinâmica e assim modificam-se suas formações de classe, de status, de ocupação, de papéis sexuais, a família nuclear, a indústria, os setores empresariais e os pré-requisitos e as formas do progresso tecnoeconômico. “Essa nova fase, na qual o progresso se transforma em autodestruição, na qual um tipo de modernização corta e transforma outro tipo, é a fase da modernização reflexiva.” (BECK, 2002: 2)
- 3) A modernização reflexiva deve ser analiticamente distinguida das categorias convencionais da mudança social – crise, transformações e revoluções sociais, mas também pode coincidir com estas

conceitualizações tradicionais, favorecendo-as, sobrepondo-se-lhes e intensificando-as;

- 4) A nova forma social não é produzida pelas crises, mas sim pelas vitórias do capitalismo, isto é, o que está a dissolver os contornos da sociedade industrial não é a luta de classes, mas a modernização normal e a modernização avançada.
- 5) A nova sociedade nem sempre nasce com dor. O que produz a mudança primordial no tipo dos problemas, na relevância e na qualidade política, não é apenas a crescente pobreza, mas também a crescente riqueza e a perda de um Leste rival. Não são apenas os colapsos que impulsionarão a sociedade industrial para uma nova época, mas também o forte crescimento econômico e rápido desenvolvimento tecnológico e a grande segurança do emprego.

O presente trabalho recupera as condições em que as políticas de pleno emprego foram adotadas e as bases de sua sustentação e a partir das idéias da modernização reflexiva, mostra que o acirramento da concorrência internacional, as transformações tecnológicas e políticas, as metamorfoses no mundo do trabalho moldam outra forma de sociedade, aonde o pleno emprego no seu sentido clássico chega ao fim. As instituições impregnadas das idéias da Primeira Modernidade também devem se transformar para atender a essa nova fase da sociedade moderna, sob pena de ruírem.

O Pleno Emprego na Primeira Modernidade

Em 1929, em plena crise capitalista, o desemprego em massa é visto como um risco econômico e político. No pior período da depressão (1932-33) 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da Norueguesa, 32% da dinamarquesa e 44% da alemã, não tinham emprego. E mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 30 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e na Suécia ou 20% no resto da Escandinávia. (HOBSBAWN, 1998: 97).

Para agravar o quadro, a previdência pública, na forma de seguro social, inclusive auxílio-desemprego, ou não existia, como nos EUA, ou pelos padrões de fins do século XX, era, parca, sobretudo para os desempregados de longo prazo. Mesmo no país mais coberto por planos do seguro-desemprego antes, da Depressão, a Grã-Bretanha, menos de 60% da força de trabalho estava protegida por elas, e isso porque desde 1920 a Grã-Bretanha teve que preocupar-se com o desemprego em massa. Nas demais partes da Europa, com exceção da Alemanha, (onde era acima de 40%) a proporção de trabalhadores com direito ao auxílio-desemprego era de zero a um quarto. (HOBSBAWN, 1998: 97)

As pessoas acostumadas à flutuação de emprego ficavam desesperadas quando não surgia emprego em parte alguma. Pela primeira vez, exceto por Marx e seus seguidores, constatou-se a descrença ao liberalismo no capitalismo ocidental.

Sistemas abrangentes de seguridade são construídos nos países avançados, exceto no Japão, Suíça e EUA (HOBSBAWN, 1998: 100), e políticas de pleno emprego propostas por Keynes são adotadas, são exemplos: pagamento de subsídios e a compra de excedentes pelo estado. O gasto público cria demanda efetiva que gera produção, emprego e renda no restante da economia.

Para tirar a economia de uma situação de desemprego, em curto prazo, a política econômica deve procurar elevar a demanda agregada (constituída pelo consumo das famílias, pelos investimentos das empresas, pelos gastos do governo, pelo resultado líquido das transações com o resto do mundo: exportações menos importações). A demanda agregada é mais sensível no curto prazo, enquanto a oferta agregada é mais rígida, mais susceptível às políticas de longo prazo, quando o estoque de recursos produtivos pode variar. Keynes cria o princípio da demanda efetiva, pelo qual a mesma determina a produção, o emprego e a renda.

Keynes discordou dos economistas clássicos (assim Keynes os chamavam) que acreditavam na Lei de Say: “toda a produção gera uma renda que automaticamente é gasta em bens e serviços”. Os clássicos

admitiam a existência de uma taxa natural de desemprego que se prende à rotatividade da mão de obra, isto é, indivíduos que estão mudando de cidade ou setor, e passam um pequeno período desempregado, para eles não existia desemprego involuntário. (VASCONCELLOS, 2002)

Para Keynes, o desemprego seria causado em grande medida pela “rigidez de salários nominais” contrariamente, os clássicos pressupunham flexibilidade de preços e salários. Ele mostrou que os salários nominais são rígidos para baixo, no curto prazo, isto porque os sindicatos impediriam essa queda, encarecendo o custo da mão-de-obra fazendo as empresas demandarem menos trabalhadores gerando desemprego (VASCONCELLOS, 2002).

De acordo com Hobsbawm (1998), a fraqueza da demanda influenciou Keynes. Nos *booms* de mercados livres, os salários não acompanham, em termos proporcionais, o crescimento dos lucros. A demanda das massas não poderia acompanhar a produtividade, em rápido crescimento do sistema industrial implantado por Ford, houve a crise de superacumulação e especulação.

Dessa forma, Keynes percebeu que a demanda efetiva não iria subir, caso o governo não interviesse na economia, pois os salários não cairiam a ponto de fazer os capitalistas continuarem a investir, produzir e empregar. A forma de fazer a economia recuperar-se era a partir da interferência do governo no nível da demanda efetiva.

O espírito da política keynesiana vem ao encontro da composição de um Estado nacional-social, que principalmente após 1945 vem responder à insegurança colocada à sociedade na Primeira Modernidade. Este estado é capaz de, nos países avançados da Europa Ocidental, garantir um conjunto coerente de proteções porque mantém controle sobre os principais parâmetros econômicos. Há condições para equilibrar o seu desenvolvimento econômico e seu desenvolvimento social para manter a coesão social (CASTEL, 2005: 42).

O Estado nacional- social (com a previdência pública, na forma de seguro social) vai de par com o desenvolvimento do capitalismo

industrial. O peso da grande empresa, a organização padronizada do trabalho e a presença de sindicatos fortes asseguram as formas de regulação coletivas. Os trabalhadores agrupados em grandes associações e defendidos por elas se dobram às exigências do desenvolvimento do capitalismo industrial, e em compensação se beneficiam das amplas proteções baseadas em condições de emprego estáveis. O modelo de organização que se impõe na modernidade organizada é o de um conjunto de grupos profissionais homogêneos cuja dinâmica é regida no quadro do Estado-nação (CASTEL, 2005: 42).

É nesse quadro que as políticas de pleno emprego são colocadas em prática nos países capitalistas avançados e ganham espaço nos países capitalistas em geral. Até hoje, constituições de países, programas de partidos e governos, prometem a promoção do pleno emprego. Também é nesse quadro que o significado do trabalho se reduz ao de emprego: trabalho fabril, masculino, assalariado, e de tempo integral (BLASS, 1996).

O Pleno Emprego na Segunda Modernidade

As idéias da modernização reflexiva mostram que as vitórias do capitalismo, além de suas crises, vão transformar o capitalismo industrial em outra forma de sociedade.

A partir dos anos 70, com as exigências crescentes da construção européia e da mundialização do comércio o Estado-nação, se reconheceu cada vez menos capaz de desenvolver o papel de piloto da economia a serviço da manutenção do equilíbrio social. Para responder aos desafios da concorrência internacional, a liderança passa à empresa, cujas capacidades produtivas devem ser maximizadas. O estado aqui aparece duplamente contraproducente porque impõe super custos ao trabalho, para o financiamento dos encargos sociais e pelos limites legais que coloca a exigência de competitividade máxima das empresas no mercado internacional não importando a que custo social (CASTEL, 2005: 44).

Do ponto de vista macroeconômico, as políticas keynesianas acabam por levar o mundo capitalista a conhecer processos inflacionários difíceis de administrar, um novo grupo ganha espaço, os economistas monetaristas da escola de Chicago, que proclamam a idéia de um estado-mínimo.

Esse quadro de acirramento da concorrência internacional que passa a liderança às empresas vem num processo de revolucionário progresso técnico com o uso das novas tecnologias de base microeletrônica e de barateamento dos transportes. Isto reforça a transnacionalização da produção e a fragmentação geográfica e social dos processos de trabalho. Esse novo quadro, associado aos movimentos sociais provocam a necessidade da desconstrução teórica da noção moderna de trabalho, criada e imaginada na modernidade (BLASS, 1996: 1).

As metamorfoses no mundo do trabalho, a partir dessa segunda fase da modernidade podem ser assim identificadas: a) generalização do trabalho a domicílio, quase sempre feminino, que justapõe o espaço doméstico ao de trabalho; b) O movimento das mulheres subverte o conceito de trabalho que contempla apenas as práticas de trabalho produtivo, assalariado criador de valor e de valor de troca, ao atribuir caráter de trabalho às atividades domésticas ou ao articular o trabalho assalariado e o doméstico; c) Na Inglaterra os dados indicam uma redução significativa no volume total do emprego nos principais setores industriais da economia fabril tradicional, mineração, siderurgia, indústria metal-mecânica, naval e automobilística. Em contrapartida, expandem-se os empregos em atividades relativas aos serviços de atendimento ao público, hotelaria, alimentação sob a forma de *fast food*, turismo, telecomunicações, negócios de entretenimento, etc.; d) Ao lado disso, observa-se um aumento nas taxas de desemprego, afetando inclusive os empregos oferecidos aos jovens com alta escolaridade. Nos países capitalistas avançados, as ofertas mais permanentes de emprego ficaram restringidas, de tal modo que os jovens entram no mercado de trabalho através do trabalho por tempo determinado ou emprego

temporário, que tem alocado mais a força de trabalho feminina (BLASS, 1996: 2).

A flexibilização da organização do trabalho e a importância das relações familiares não se opõem à padronização e a produção de massa, ao contrário, tais formas coexistem. O uso das novas tecnologias não leva necessariamente a uma única forma de organização do trabalho. A implementação de certo modelo organizacional é uma decisão política (BLASS, 1996: 2).

Assim, o conceito de trabalho deve ser redefinido diante da diversidade e da pluralidade de práticas emergentes de trabalho nas sociedades contemporâneas. Elas envolvem mulheres, idosos, menores, desenrolam-se no âmbito da chamada economia informal e do mundo do não trabalho. Além disso, permite diferenciar trabalho e emprego (BLASS, 1996: 3).

O quadro que tecemos deseja mostrar que, como afirma Beck (2003: 161) estamos no fim da sociedade do pleno emprego no sentido clássico que, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, ficou inscrita nas constituições da sociedade europeia e na OCED (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) como princípio fundamental da política. Para o autor, “pleno emprego significa trabalho normal, no qual a pessoa aprende uma profissão e então talvez com uma ou duas mudanças de profissão, exerce-a pelo resto da vida, uma ocupação que lhe dá a base para a existência material”.

Qual o impacto dessas transformações para a sociedade baseada no Estado nacional-social? Beck (2003) reforça a ideia de que o trabalho produtivo e participação no mercado de trabalho são os pré-requisitos básicos do Estado do bem-estar e da seguridade social. Por exemplo, o sistema de aposentadoria pressupõe o trabalho produtivo e o pleno emprego. É sob essa condição que a população mais jovem pode financiar a aposentadoria dos mais velhos. Na medida em que, um desses pressupostos se altera essencialmente, por exemplo, em virtude da queda da natalidade, a geração mais jovem diminui

consideravelmente, ou se o número de empregados se reduz e o número de anos de aposentadoria a serem financiados aumenta por causa da expansão da expectativa de vida, o conjunto do sistema previdenciário, entra em crise. Este é o problema da Europa Central. Beck, afirma: “O Estado- Social não é um mero seguro contra os riscos do mercado de trabalho; é isto sim, o último esteio da democracia”.

Retomando o pensamento de Hobsbawm (1998), vimos que o Estado do bem-estar social, constituído a partir da ampliação do sistema de previdência e das políticas keynesianas voltadas para o pleno emprego tinham propósitos econômicos e políticos. Ele ressalta as presenças de Hitler, Mussolini e Stalin, no período de crise do sistema capitalista no entre - guerras. Quero com isso salientar o risco econômico e o risco político na sociedade capitalista na Segunda Modernidade.

As instituições, entretanto, demoram a perceber e a responder às novas situações, o sistema de crédito para a compra da casa própria, por exemplo, pressupõe o emprego estável da Primeira Modernidade e os partidos políticos continuam a prometer o pleno emprego, quando talvez ganhassem mais propondo novas alternativas como o trabalho cidadão, que Beck (2003) propõe. Trata-se de promover um financiamento que abra as portas para todas as iniciativas possíveis.

Nessa importante discussão, observa-se o uso do seguro social-desemprego como capital inicial de outro tipo de negócio, a formação de pequenas redes, nas quais se estabelecem relações de troca, e que também tenham moeda própria. Deve-se discutir a revitalização da sociedade civil, onde, a atividade política de baixo para cima cria sentido, promove a identidade e tem significado para o homem. É preciso criar alternativas atraentes ao trabalho produtivo (BECK, 2003: 167).

A análise precedente tem como foco o capitalismo organizado dos países centrais. O Brasil em 1929 ainda era um país basicamente agrícola, nosso processo de industrialização começou de maneira ainda lenta nos anos de 1930, os que foram atingidos pela crise de 1929

ainda puderam se acomodar no campo, na pior das hipóteses havia a atividade de subsistência. A partir de 1945 o processo de industrialização brasileiro se intensificou, também com a participação intensa do Estado, mas o Brasil nunca constituiu o capitalismo organizado Europeu.

Em 1980, o Brasil já era um país eminentemente urbano e industrializado e como outros países recém industrializados já se encontrava sob a lógica da mecanização e da competição mundial. A mão-de-obra brasileira da indústria automobilística de São Paulo apesar de ser mais barata em comparação com a de Detroit e Wolfsburg, eis que também enfrentava em 1992, os mesmos problemas causados pela mecanização em Michigan e na Baixa Saxônia. A produtividade da maquinaria se elevava constantemente e pelo progresso tecnológico, o seu custo era dramaticamente reduzido. O custo do trabalho humano, entretanto, não pode ser reduzido a um nível abaixo do necessário para mantê-lo vivo. Quanto mais alta a tecnologia, torna-se mais caro o componente humano de produção comparado com o mecânico, a indústria no Brasil também iria reestrutura-se. (HOBSBAWM, 1998: 409)

Podemos assim concluir, o que já não era homogêneo se torna mais heterogêneo. É importante lembrar, que o chamado mercado de trabalho no Brasil apresentou uma tendência à organização e esta foi interrompida com os processos de reestruturação da indústria e dos serviços.

A busca pelo pleno emprego também é no Brasil uma promessa de partidos políticos, governos e mais do que isso, é princípio constitucional, disposto no artigo 170 da atual Carta Política.

A crítica de Gorz é contundente "... fazê-los esperar pelo retorno do pleno emprego, não é apenas um simples erro, mas uma mentira que faz o jogo do patronato, já que desvia a população de lutar por outra gestão e por outra repartição do trabalho e da riqueza. O máximo que ela faz é jogar uns contra os outros, na batalha por empregos cada vez

mais raros. Proclamar a centralidade do emprego faz parte da estratégia de dominação do patronato” (GORZ, 2005).

Proponho aqui a seguinte questão: Se o pleno emprego foi na Primeira Modernidade o discurso econômico e político do capitalismo, seria o empreendedorismo o seu substituto na Segunda Modernidade?

As tensões na sociedade contemporânea abrem possibilidades diversas, desde as mais espúrias: as guerras, o preconceito ao estrangeiro, discursos deterministas que visam valorizar o auto-interesse sobre os interesses coletivos, às mais esperançosas de uma sociedade que necessita cada vez mais do desenvolvimento humano e que busca uma nova definição de riqueza, onde a cooperação e a solidariedade coexistem com o auto-interesse.

Se as tensões da Segunda Modernidade nos trazem por um lado a insegurança, de outro possibilitam a construção de uma sociedade que libera o trabalho da tirania do emprego, que vê riqueza na cooperação e que vê no homem mais que um simples produtor de mercadorias, mas também um artista ou um político.

Nesse sentido vejo o discurso político que envolve o empreendedorismo. Ao estudar as experiências chamadas empreendedoras, é possível perceber práticas diversas, plurais e heterogêneas. Algumas podem desenvolver as capacidades humanas e eliminar a opressão, outras, apenas reforçam a exploração do trabalho pelo capital.

Heilbroner e Thurow (2001) ao analisarem o mundo dos negócios nos EUA mostram que ser pequeno é bonito, às vezes. As pequenas empresas individuais são na verdade, na maioria dos casos, empresas integradas em uma gigantesca rede, por exemplo, Mc Donalds. As grandes empresas são o vínculo entre os pequenos fornecedores individuais em um mercado de massas que não poderiam alcançar sem elas, dado os custos com a propaganda que não estão ao alcance dos pequenos. Muitas vezes também, as pequenas empresas de alta tecnologia são geradas na grande empresa de alta tecnologia. Isto é, um empregado inteligente descobre uma coisa pequena demais para que a

grande empresa possa gerir eficientemente, ou que não se encaixa nos planos gerais da empresa. Empregados inteligentes abrem o seu próprio negócio, mas que foi gerado na grande empresa.

Os autores concluem que: “As grandes empresas podem ser inimigas mortais das pequenas; também podem ser seus abrigos, fazendo-lhes de pai e mãe. O que é bonito em uma economia [na lógica da maximização dos lucros] não é a pequenez como tal, assim como não é a grandeza. É a mistura de empresas de vários tamanhos, cada uma realizando as tarefas mais adequadas ao seu tamanho” (HEILBRONER; THUROW, 2001: 204).

Também expressa Sheldon, a respeito de práticas empreendedoras de organizações populares não-governamentais, que nas palavras do autor, “freqüentemente se perdem com a auto-admiração, a ponto de não conseguirem ver que os pontos fortes pelos quais são elogiadas, podem constituir uma fraqueza. Por exemplo: face a uma pobreza universal, ‘pequena escala’ pode significar ‘insignificante’, ‘politicamente independente’ pode significar ‘sem poder’ ou ‘desrelacionado’, ‘baixo custo’ pode significar ‘subfinanciado’ ou de ‘baixa qualidade’, ‘inovador’ pode significar apenas ‘temporário’ ou ‘não sustentável’. (SHELDON *apud* QUIJANO 2002: 488).

Portanto, as possibilidades abertas devem considerar, entre outras coisas, a complexidade do mercado e as formas de relacionamento entre as empresas no mercado em que atuam. Além disso, as oportunidades oferecidas ao empreendedor pela sociedade não são as mesmas, isto justifica pensar o empreendedorismo não como algo universal e homogêneo, como também não o foi o Estado do Bem-Estar para todos os países.

Conclusão

As políticas keynesianas implementadas a partir da crise de 1929 caminham simultaneamente à composição de um Estado-nacional social, que respondeu à insegurança colocada à sociedade na primeira modernidade, principalmente no pós guerras.

O chamado Estado do Bem-Estar vai de par com o desenvolvimento industrial capitalista. O Estado, a grande empresa e os sindicatos são as bases da modernidade organizada e a busca do pleno emprego o esteio para a segurança social.

O próprio sucesso do capitalismo organizado vai produzir as mudanças. O desenvolvimento tecnológico e a queda do muro de Berlim impulsionaram a sociedade industrial para uma nova época.

O Estado reconhece-se incapaz de continuar a desenvolver o papel de piloto da economia, a serviço da manutenção do equilíbrio social e passa a liderança para a grande empresa.

As metamorfoses no mundo do trabalho frutos do acirramento da concorrência internacional e do desenvolvimento tecnológico geram uma diversidade e uma pluralidade de práticas emergentes de trabalho na sociedade contemporânea. Faz-se necessária a desconstrução teórica da noção de trabalho, criada e imaginada na modernidade, o que permite diferenciar trabalho de emprego.

As instituições estão impregnadas pelas idéias da primeira modernidade, mas a sociedade como vimos está vivendo outra forma, onde o pleno emprego no sentido clássico não existe.

O discurso político do pleno emprego e as políticas keynesianas colocadas em práticas levaram à segurança social na Primeira Modernidade. A busca do pleno emprego ainda continua uma promessa, mas isto apenas retardará o enfrentamento das questões colocadas na Segunda Modernidade.

Dessa forma, Beck (2003) afirma que as instituições só teriam a ganhar se enfrentassem a nova realidade ou então, poderão ruir por si só.

O discurso do empreendedorismo parece ser a forma de enfrentamento da questão. No entanto, as experiências chamadas de empreendedoras são diversas, heterogêneas, plurais e se umas são exitosas e podem desenvolver as capacidades humanas, outras são práticas espúrias que reforçam a exploração do trabalho pelo capital.

Bibliografia

- BLASS, L. M. da S. (1996). *Trabalho e suas Metamorfoses*. São Paulo, out.
- BECK, U. (2000). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. Em: BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S.. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- BECK, U.; WILLMS, J. (2003). *Liberdade ou Capitalismo: Ulrich Bech conversa com Johannes Willms*. São Paulo: UNESP.
- CASTEL, R. (2005). *A insegurança Social: O que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes.
- GORZ, A. *Folha de S. Paulo/Mais/Domingo*, 30/01/2005, p.7. Entrevista a Vladimir Safatle.
- HEILBRONER, R.; THURLOW L. (2001). *Entenda a Economia*. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2001.
- HOBSBAWM, E. (1998). *A Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: CIA das Letras.
- GUIJANO, A. (2002). Sistemas alternativos de produção? iN: SANTOS, B. de S. *Produzir para viver: Os caminhos da produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VASCONCELLOS, M. A. S. (2002). *Economia: micro e macro*. 3ª ed. São Paulo: Atlas.